

INCLUSÃO DE PESSOAS COM TEA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INCLUSION OF PEOPLE WITH ASD IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

LEONARDO HECKERT MACHADO BAYER¹

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por uma disfunção neurológica que acomete o comportamento, desenvolvimento motor e comunicação do indivíduo. A Educação física têm como missão a promoção e incentivo do exercício físico aos alunos, amparados por lei, estudantes com TEA possuem o direito ao acesso as aulas de educação física, sendo assim ela adaptada para o desenvolvimento pessoal e interação social do aluno. Este trabalho teve como objetivo identificar na literatura os benefícios da inclusão dos alunos com TEA nas aulas de educação física durante sua formação escolar. A metodologia foi do tipo Revisão Bibliográfica, de cunho qualitativo, com trabalhos pesquisados em plataformas como “Google Scholar”, “LILACS” e “SciELO”, no período de 2018 a 2023. Os resultados indicaram que há uma despreparação de profissionais e instituições que saibam realizar a inclusão de alunos com TEA nas aulas do ensino regular, entretanto, as atividades flexibilizadas adotadas hodiernamente para a reversão e adaptação desse ensino variam desde o incentivo ao exercício físico por meio da ginástica até a realização de atividades lúdicas e uso da musicoterapia. Com isso, conclui-se que a modificação do ensino para a inclusão de pessoas com TEA durante a formação escolar ainda é um obstáculo para algumas instituições e profissionais, entretanto, muitos estudos demonstram superar esses desafios usando métodos criativos e personalizados a criança com deficiência ou transtorno para que possa ser incluso nas aulas do ensino regular, em especial de educação física.

Palavras-chave: autismo; educação; alfabetização.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is characterized by a neurological dysfunction that affects the individual's behavior, motor development and communication. Physical Education's mission is to promote and encourage physical exercise for students, supported by law, students with ASD have the right to access physical education classes, thus adapting them to the student's personal development and social interaction. This work aimed to identify in the literature the benefits of including students with ASD in physical education classes during their school education. The methodology was of the Bibliographic Review type, of a qualitative nature, with works researched on platforms such as “Google Scholar”, “LILACS” and “SciELO”, in the period from 2018 to 2023. The results indicated that there is a lack of preparation of professionals and institutions that know how to include students with ASD in regular education classes, however, the flexible activities adopted today to reverse and adapt this teaching range from encouraging physical exercise through gymnastics to carrying out recreational

¹ Centro Universitário Ingá – UNINGÁ / Maringá / PR

activities and the use of music therapy. With this, it is concluded that modifying teaching to include people with ASD during school training is still an obstacle for some institutions and professionals, however, many studies demonstrate overcoming these challenges using creative and personalized methods for children with disabilities or disorder so that it can be included in regular education classes, especially physical education.

Keywords: autism, education, literacy.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de educação física e como os professores podem atuar nessa inclusão.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno com acometimento neurológico que afeta 1 entre 54 crianças, com diagnóstico quatro vezes mais comum em homens do que em mulheres (Maenner et al., 2021, apud SILVA et al., 2023). O TEA é categorizado como uma síndrome que culmina em prejuízos de neurodesenvolvimento, interações sociais e apego a repetições e padrões. Como consequência desses fatores, indivíduos diagnosticados com TEA apresentam baixa atividade física e falta de coordenação motora (FONTES et al., 2021). A criança diagnosticada com TEA apresenta dificuldades no processo de socialização e comunicação devido ao seu desenvolvimento neurológico diferente culminar em alterações físicas e mentais que afetam sua linguagem, comportamento e processamento de informações, sendo diagnosticado a partir da avaliação do seu equilíbrio e desenvolvimento motor (HASS et al., 2020).

Recentemente, foi revelado em um estudo que apenas uma parte da população com autismo frequenta a pré-escola, visto que, é comum que quando diagnosticados com TEA ou diagnóstico semelhante os estudantes sentem dificuldade durante o processo de alfabetização em sua fase escolar, tornando sua aprendizagem árdua e complexa, frente ao fato de que sua dificuldade de interação, comunicação e comportamento interferem na sua educação escolar (SPINAZOLA et al., 2018). Algumas características que uma criança com autismo pode apresentar durante a educação escolar variam entre pouca comunicação, falta de iniciativa de aproximação, resistência em participar de rodas de conversa, apego a rotinas e a uma mesma atividade. Dessa forma, algumas dificuldades surgem no caminho de aprendizagem da criança quando ela apresenta esses aspectos e eles precisam ser contornados (CHICON et al., 2022).

A Educação Física é uma das disciplinas pertencentes a alfabetização do estudante durante sua formação escolar e, é uma das formas de promover a criança o norteammento da importância da cultura corporal de movimento que promove a sua saúde. Hodiernamente, ainda é possível observar algumas dificuldades enfrentadas não só pelos estudantes, como também pelos professores ao aplicarem um método de ensino eficaz e inclusivo a alunos com deficiência ou transtornos (GAROZZI et al., 2021). Conforme a legislação brasileira voltada as políticas educacionais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Pneepei) e a Lei Brasileira de

Inclusão da Pessoa com Deficiência garantem o direito ao acesso e a permanência do indivíduo com deficiência em ambiente escolar (GAROZZI et al., 2021). De acordo com as ideias propostas por Silva e Monteiro (2020), ao acompanhar o desenvolvimento de um estudante com autismo, este deve ter um método de ensino personalizado e voltado para seus momentos de interação e desenvolvimento de espaço pessoal.

Os estudantes com TEA são garantidos por lei a serem incluídos no ensino regular, o uso de suportes e recursos como jogos, alfabeto, números móveis, aplicativos e programas de computação permitem a inclusão desses estudantes de forma diversificada e participativa (GUIMARÃES, BORGES, PETTEN, 2021). Uma das atividades que permitem o desenvolvimento do estudante durante as aulas de educação física é a prática de jogos esportivos dos mais variados gêneros, como o jiu jitsu que promove a coordenação motora e equilíbrio da criança (FONTES et al., 2021). Brincadeiras populares e culturais como faz-de-conta, leitura de contos de fadas, folclore brasileiro e jogos de aventura conseguem estimular a imaginação da criança também (CHICON et al., 2022). Portanto, essa inclusão promove ao estudante autista a diminuição da sua personalidade agressiva, aprimora seu desenvolvimento físico, motor e social, reduzindo também aspectos como a estereotipia, ou seja, a repetição de movimentos e comportamentos (HASS et al., 2020).

Tendo em vista a contextualização acima, esse trabalho se justifica, pois a temática em questão tem sido estudada por diferentes autores, dentre eles: Souza (2019), Bettio e Giacomazzo (2020), Arantes et al. (2020), Silva et al. (2019), Junior (2019) e Cunha (2019).

Diante da contextualização e justificativa apresentada, questiona-se nesse estudo: o que a literatura científica apresenta sobre a inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física? Buscando responder a essa problemática de pesquisa, esse trabalho tem como objetivo identificar na literatura os benefícios da inclusão dos alunos com TEA nas aulas de educação física durante sua formação escolar.

METODOLOGIA

Esse trabalho se caracteriza como uma pesquisa do tipo Revisão Bibliográfica. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Oliveira e Wanick (2018), refere-se à um processo de pesquisa de literatura, no qual requer a elaboração de uma síntese pautada em tópicos, capazes de criar uma ampla compreensão sobre o conhecimento buscado.

Os trabalhos que compõem o referido trabalho, foram pesquisados em plataformas eletrônicas, tais como: “Google Scholar”, “LILACS” e “SciELO”. Foram utilizados as seguintes palavras-chaves para a pesquisa: autismo, educação física e alfabetização. O período de corte para a seleção dos trabalhos foi entre 2018 e 2023. Após leitura inicial dos trabalhos encontrados, foram selecionados apenas os trabalhos que condiziam com a temática, publicados em língua portuguesa e que estavam disponibilizados na íntegra e de livre acesso. Em contrapartida, foram excluídos os trabalhos em outras línguas, não publicados no período indicado e sem acesso livre ao texto na íntegra.

A título de organização do trabalho, as discussões foram organizadas em

três (3) tópicos, sendo eles: o primeiro, intitulado “A educação física e a inclusão de pessoas com deficiência ou transtornos”, o qual discute-se a inclusão de pessoas com deficiência ou transtornos nas aulas de educação física durante o ensino escolar e as dificuldades presentes, com bases nos estudos de Garozzi et al. (2021), Guimarães, Borges e Petten (2021), Pargas, Morais e Leão (2022), Souza et al. (2022), Silva et al. (2019); o segundo, “Transtorno do Espectro Autista: história e característica”, o qual discute-se sobre a caracterização e história do espectro autista, junto as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento da criança, com bases nos estudos de Spinazola et al. (2018), Junior (2019), Silva e Monteiro (2020), Bettio e Giacomazzo (2020), Cunha (2019); e por fim, o terceiro tópico, “A inclusão do autista nas aulas de educação física: o que a literatura aponta?” o qual discute-se sobre o que a literatura relata sobre os benefícios das aulas de educação física em crianças e adolescentes com TEA, com bases nos estudos de Silva et al. (2023), Fontes et al. (2021), Hass et al. (2020), Chicon et al. (2022) e Arantes et al. (2020).

DESENVOLVIMENTO

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNOS

É notória a importância da Educação Física na educação infantil de forma que é a partir desta que as crianças têm o primeiro contato com o esporte e os movimentos. Entretanto, ainda há algumas dificuldades para que essa educação esportiva possa ser aplicada a estudantes com deficiência ou transtornos, como podemos observar nos seguintes parágrafos em que foi discutido a inclusão de pessoas com deficiência ou transtornos nas aulas de educação física e as dificuldades presentes no processo.

Para Garozzi et al. (2021), antigamente os profissionais de Educação Física tinham como hábito anular de suas aulas os estudantes com deficiência, os menos habilidosos e que não possuíam boa aptidão física, permanecendo apenas os mais ativos e desfavorecendo a inclusão. Não muito diferente atualmente, alguns estudantes sentem essa dificuldade de forma que os professores promovem atividades isoladas a esses alunos não acreditando no potencial deles em serem incluídos na educação esportiva (GAROZZI et al., 2021).

De acordo com Garozzi et al. (2021) essa desigualdade pode ser atribuída a fatores como: o ambiente não favorável à participação e inclusão desses estudantes com deficiência durante as aulas em espaços abertos e fechados e a falta de preparação dos docentes durante sua formação acadêmica para a inclusão desses alunos ao decorrer de sua formação pedagógica.

Em março de 1990 na Tailândia, houve a Conferência de Jomtien organizada pela ONU, órgão responsável por reunir os países em busca de uma solução para que a educação fosse prioridade e que esta fosse de qualidade e acessível a todos (SILVA et al., 2019). Essa conferência teve como objetivo acabar com a desigualdade social, de forma a criar estratégias e leis que garantissem uma educação básica a todos (SILVA et al., 2019).

Conforme observado por Silva et al. (2019) através dessa conferência foi possível discutir em junho de 1994 na cidade de Salamanca, a inclusão de pessoas com deficiência física em uma educação pública igualitária (SILVA et al., 2019).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em especial a PNEEPEI (2008), junto a Lei de Cotas permite que os estudantes com deficiência física tenham direito á frequentarem o ensino regular, com apoio de recursos e professores de apoio durante sua formação escolar, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (GUIMARÃES; BORGES; PETTEN, 2021).

Essas diretrizes permitem que o aluno possa ter acesso e ser incluso no ensino básico até o ensino superior com auxílio do governo (GUIMARÃES; BORGES; PETTEN, 2021). Infelizmente, poucos estudantes com deficiência sabem dessa política e do seu direito ao AEE, dessa forma, o investimento público para salas de AEE tem se tornado cada vez mais necessário e importante (GUIMARÃES; BORGES; PETTEN, 2021).

Durante uma pesquisa realizada por Garozzi et al. (2021) sobre o estudo regular de alunos com deficiência, foi observado que estes estudantes apresentavam maior dificuldade na área da matemática e educação física, de forma que a falta da adequação dos ambientes que demandavam as atividades físicas traz essa dificuldade e é preciso também a elaboração de avaliações e atividades personalizadas e individuais a cada estudante, de forma a inclui-lo no ensino regular (GAROZZI et al., 2021).

Quando usado o termo inclusão, logo é refletido a exclusão de pessoas com alguma deficiência física, intelectual ou motora em ambientes educacionais, profissionais e familiares. Frente a isso, os pais desses indivíduos passam por uma luta na qual o direito a melhores condições de saúde, educação e assistência social a pessoas com deficiência tem de ser conquistado diariamente, buscando assim o direito de seus filhos á cidadania (SILVA et al., 2019).

A inclusão surge como uma abolição na escola da separação entre educação regular e educação especial, ela permite que o aluno possa ter um acompanhamento especializado dentro do ambiente da escola regular, sendo amparado por lei (SILVA et al., 2019). A inclusão depende de todos os agentes presentes na instituição escolar, considerando que crianças com deficiência intelectual e física possuem a mesma capacidade de aprendizado que as outras, embora seu aprendizado seja efetivo a partir da capacitação profissional e da estrutura escolar, utilizando como base professores do ensino regular e do Atendimento Especial Educacional (AEE) (PARGAS; MORAIS; LEÃO, 2022).

Com a despreparação dos professores em sua formação acadêmica, foi criado a partir do Ministério da Educação junto ao Conselho Nacional de Educação, um RCN (Referências Curriculares Nacionais) voltado para a educação infantil de crianças com necessidades educacionais específicas (SILVA et al., 2019).

Garozzi et al. (2021) sugere aos profissionais de docência na área de educação física que façam especializações e cursos de formação para a Educação Física Adaptada reforçando seus conhecimentos em educação especial e pedindo auxílio se necessário do reforço de serviços de apoio a essa

educação. Medidas como a redução de alunos por turma, presença de um professor de apoio e inclusão do esporte adaptado aos estudantes auxiliam nessa inclusão (GUIMARÃES; BORGES; PETTEN, 2021).

De acordo com Souza et al. (2022), é válido ressaltar que professores não devem se apegar a laudos médicos ao ensinar alunos com deficiência ou transtornos, visto que devem conhecer as particularidades desses estudantes para que possam criar um método de ensino a partir disso.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS

O estudante com Transtorno do Espectro Autista passa por processos de adaptações a sua vida inteira, de forma que a caracterização da forma como o autismo é manifestado auxilia no entendimento e personalização de ensino e o tratamento usado com essa criança como forma de correção ou amenização das dificuldades encontradas, como observado neste tópico em que foi discutido a caracterização e história do espectro autista, junto as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento da criança.

O autismo é definido como uma união de disfunções no desenvolvimento neurológico apresentada logo no nascimento ou a partir da infância, não havendo uma causa específica do desenvolvimento do TEA além do embasamento genético já estipulado (CUNHA, 2019). No Brasil, é estimado que 1% da população seja acometida pelo autismo, normalmente aparecendo nos três primeiros anos de vida e quatro vezes mais comum de incidência no sexo masculino do que no feminino (JUNIOR, 2019).

O diagnóstico de TEA é feito a partir da avaliação do desenvolvimento motor, visto que os danos causados na coordenação motora fazem com que o equilíbrio, a organização espacial e temporal e a assimilação de informações sejam afetadas (CORRÊA et al., 2020).

A palavra autismo tem origem grega, no qual *autós* significa "por si mesmo" e é usada para a definição de um comportamento isolado pertencente a pessoa autista (ARANTES et al., 2020). Hodiernamente, essa definição é substituída pela abreviação TEA (Transtorno do Espectro Autista), uma das categorias do Transtorno Invasivo de Desenvolvimento, visto que acomete a capacidade de interação social do indivíduo (ARANTES et al., 2020).

O termo "espectro" é usado em consideração que são vários os sintomas e características que uma pessoa diagnosticada com autismo pode apresentar (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020). A classificação do diagnóstico pode variar entre severo com autismo de baixo funcionamento até o mais leve, como o autismo de alto funcionamento (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020).

O autismo começou a ser estudado em 1906 por um psiquiatra suíço chamado Eugen Bleuler, ele originou a descrição da palavra autismo, usando esse termo para estudar o comportamento humano voltado para si mesmo (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020). Em 1943, Leo Kanner, um psiquiatra austríaco, realizou estudos para descrever o autismo como uma incapacidade de interação social, linguagem e apego a estereotipias (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020).

Em 1944, Johann Hans Friedrich Karl Asperger notou que a criança diagnosticada com autismo apresentava também uma dificuldade de aprendizagem, passando a definir o autismo como um distúrbio de

desenvolvimento complexo e de múltiplas deficiências no qual dependendo do grau apresentava diferentes variações, podendo assim ser confundida com outras doenças neurológicas (SILVA et al., 2019).

Em 1949, Kanner revisou seu conceito proposto e passou a chamar o autismo de "Autismo Infantil Precoce" após observar esses sintomas predominantes em crianças (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020). Em 1956, Kanner propõe que esse quadro clínico seria característico de uma psicose. Entretanto, a partir de 1976, Edward Ritvo, um psiquiatra americano considerou o autismo não mais como uma psicose infantil e sim uma síndrome ligada a criança desde seu nascimento, com características comportamentais particulares (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020).

O Transtorno do Autismo era uma das ramificações pertencentes ao Transtorno Global de Desenvolvimento, em que também faziam parte dessa classificação a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Rett, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (ARANTES et al., 2020). Com exceção da Síndrome de Rett, essas ramificações passaram a ser unificadas, sendo todas classificadas como Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo baseada em aspectos como domínio da comunicação, interesses fixados e atividades repetitivas, sem idade específica de surgimento (ARANTES et al., 2020).

Após o nascimento de um filho com TEA, as atividades de lazer em família passam a ser ouvir música, assistir TV e visitar parentes; não mais havendo momentos que envolvam socialização, visto que seus filhos apresentam dificuldade nesse quesito e os locais a serem frequentados são específicos (SPINAZOLA et al., 2018). Alguns pais relataram em um estudo realizado por Spinazola et al. (2018) que sentem a necessidade de apoio em aspectos como: familiar, amistoso e escolar, fatores esses que podem ser revertidos através de conversas com terapeutas, professores, e com outros pais que passam pelas mesmas situações.

A participação dos pais e a forma como implementam um padrão de interação é essencial no aprendizado do aluno, visto que detalhes como a forma de falar com seus filhos interfere no processo de desenvolvimento pessoal e interação social (SPINAZOLA et al., 2018). Dessa forma, mostra-se importante a atuação de profissionais que possam auxiliar os pais em um melhor entendimento do comportamento de seus filhos e em como podem ajudar a criança a desenvolver habilidades sociais e educacionais (SPINAZOLA et al., 2018).

Ao acompanhar o desenvolvimento de um estudante com autismo, este deve ter um método de ensino personalizado e voltado para seus momentos de interação e de desenvolvimento de espaço pessoal (SILVA; MONTEIRO, 2020). Um dos objetivos buscados por meio da educação de pessoas com autismo na escola é a busca pela sua independência; por meio de atividades inclusivas em que o aluno se sinta acolhido e atividades interativas de cunho lúdico, atividades simples como vestir-se, comer, ir ao banheiro e tomar água são estimuladas e desenvolvidas (SILVA; MONTEIRO, 2020).

A INCLUSÃO DO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O QUE A LITERATURA APONTA

Podemos observar que ainda são muitas as dificuldades encontradas na educação esportiva para alunos com deficiência ou transtornos. Entretanto, em especial para estudantes com Transtorno do Espectro Autista ainda existem dificuldades muito grandes em seu método de aprendizado e assimilação de informações, sendo necessárias medidas de intervenção e adaptação, como podemos observar nos parágrafos seguintes em que foi discutido com base na literatura os benefícios das aulas de educação física em crianças e adolescentes com TEA.

Tradicionalmente, existem dois tipos de ensino: o regular e o especial. Algumas escolas acreditam que apenas o ato de matrícula da pessoa com TEA já significa inclusão, quando na verdade é necessário muito mais para a aprendizagem e integração desse aluno em meio a sociedade (ARANTES et al., 2020).

Garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, o atendimento a alunos com necessidades especiais deve ser realizado em classes regulares e em todos os níveis de ensino (ARANTES et al., 2020). Uma das formas de implementar a inclusão desse estudante com necessidades especiais no ensino regular foi o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, conforme o Decreto nº6.571 de 2008, se baseia em um conjunto de recursos e atividades pedagógicas usadas como suplementação na formação do aluno durante o ensino (ARANTES et al., 2020).

Visando a adaptação dos estudantes portadores do TEA, em 2012 foi promulgada outra lei que garante o acesso do autista a educação e ao ensino profissionalizante, a Lei nº12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (ARANTES et al., 2020).

É estipulado que o AEE seja implementado durante o contraturno escolar e em Salas de Recursos Multifuncionais, caracterizada por ser um ambiente com equipamentos didáticos e pedagógicos voltado para essa educação especial (ARANTES et al., 2020). O aspecto organizacional e estrutural da instituição de ensino também é de extrema importância, visto que a adequação física do ambiente sugere uma redução do número de alunos por sala, informações claras do que se é esperado no espaço de ensino, fácil acesso aos objetos, o trajeto realizado até esses espaços idealizados e de fácil memorização e minimização de distrações visuais e auditivas (ARANTES et al., 2020).

O uso da Educação Física no âmbito escolar e fora dele permite que os alunos trabalhem a manutenção de exercícios físicos uma ou mais vezes por semana, de forma que proporciona uma melhora na condição física do estudante, sendo essa melhora cardiorrespiratória, na flexibilidade, mobilidade ou resistência (ARANTES et al., 2020). De forma moderada e diária, a atividade física permite um melhor desenvolvimento da criança, oferecendo assim aptidão física e prevenção contra outras doenças (CORRÊA et al., 2020).

O professor é um dos principais mediadores no processo de alfabetização da criança com TEA, visto que é a partir dele que é realizado o acompanhamento e visualização do desenvolvimento da criança (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020). O professor de Educação Física tem de estar preparado para receber e conduzir

o ensino de alunos com TEA, frente ao fato de que o professor irá fazer a observação do aluno, identificar suas dificuldades e necessidades e disponibilizar meios para que seus movimentos de repetição, autonomia e precisão sejam trabalhados (ARANTES et al., 2020).

Referente a formação acadêmica, é importante que seja trabalhada a Educação Especial durante a Licenciatura em Educação Física, visto que essa disciplina era disponibilizada somente em cursos de especialização ou pós-graduação (ARANTES et al., 2020).

Alguns aspectos como estar atento as habilidades motoras do aluno, sua comunicação, seus interesses e manter uma boa relação com o aluno são de suma importância para que ele se sinta seguro em participar das aulas (ARANTES et al., 2020).

A aplicação de exercícios físicos na rotina da criança com autismo tem permitido com que a melhora do desenvolvimento cognitivo e a redução de comportamentos repetitivos aconteçam (CORRÊA et al., 2020). Foi demonstrado por Côrrea et al. (2020) que a prática do exercício físico permite a substituição da atividade de estereotipia, na qual consiste na repetição de movimentos que fazem com que a criança se sinta satisfeita. Como uma atividade semelhante á essas atividades repetitivas, a prática de exercícios físicos permitem que esse comportamento seja substituído por algo saudável e tão satisfatório quanto (CORRÊA et al., 2020).

Através de estudos Fontes et al. (2021) observou a melhora no desenvolvimento do equilíbrio, coordenação, cognição, atenção e interação social a partir do incentivo de exercícios físicos. Algumas das atividades físicas que possibilitaram essa melhora são: a natação, o ciclismo, treinos de resistência, dança, ioga, lutas e artes marciais (FONTES et al., 2021).

Foi realizado um estudo em Minas Gerais com seis crianças do sexo masculino diagnosticados com TEA de grau leve, com objetivo de verificar a coordenação motora de crianças com TEA a partir de um programa de incentivo da prática de jiu-jitsu. Para essas crianças foi proposto a prática do esporte de jiu-jitsu duas vezes na semana com duração de uma hora cada aula, no qual tinham como base atividades de amortecimento de queda, passagem de guarda, circuitos, corrida e arremesso de itens, todas acompanhadas de um professor responsável (FONTES et al., 2021). Ao longo do estudo foi possível observar uma melhora nos estudantes em aspectos como: locomoção, estabilização, equilíbrio, maior sensibilidade sensorial e participação em aula (FONTES et al., 2021).

O estudo realizado por Fontes et al.(2021) possibilitou observar e concluir a importância do desenvolvimento do equilíbrio e coordenação motora da criança com TEA, frente ao fato que a manutenção do equilíbrio permite uma maior elaboração das atividades diárias e individuais, como por exemplo sair do chuveiro e vestir-se sozinho.

Atualmente, observamos na educação escolar a presença de equipamentos tecnológicos como um método de intermediação entre professor e aluno (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020). O uso de tablets, computadores, celulares e demais aparelhos tecnológicos são utilizados como recursos de aula, principalmente na educação de estudantes com TEA (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020).

A Tecnologia Assistiva (TA) representa um grupo de recursos e serviços que estimulam a ampliação das habilidades de pessoas com deficiência por meio de um ensino personalizado, representando todo e qualquer recurso tecnológico usado para gerar autonomia e independência a pessoa com deficiência (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020).

Em um estudo realizado por Bettio e Giacomazzo (2020) foi observado a introdução da TA, como um método de ensino para uma criança autista, através de jogos como Minecraft e Goku. A psicopedagoga responsável pelo projeto criou por meio desses jogos, cartas ilustrativas com referência a esses jogos e a criança se sentiu estimulada a montar palavras com o alfabeto ilustrado criado, desenvolvendo assim o uso da estratégia e raciocínio lógico (BETTIO; GIACOMAZZO, 2020).

A ludicidade foi proibida por muito tempo durante o ensino escolar, porém hoje é um dos métodos mais usados na educação infantil de crianças com TEA (SILVA et al., 2019). A utilização de jogos e brincadeiras de cunho lúdico na dinâmica do processo escolar permitem com que ao serem usados na educação infantil e fundamental despertam a participação, curiosidade e motivação da criança em participar das aulas, proporcionando também ao professor um maior rendimento em aula (SILVA et al., 2019).

De origem lúdica, a brincadeira de faz-de-conta é um exemplo das inúmeras atividades que podem ser promovidas com o uso da imaginação e criatividade (CHICON et al., 2022). A criança quando ainda em sua fase infantil tende a imaginar e querer muitas coisas que devido a ser muito jovem ainda não estão em seu alcance, porém representar por meio do uso de brinquedos e materiais faz com que ela sacie o seu desejo de imediatismo, promovendo diversão e entretenimento (CHICON et al., 2022).

Torna-se importante a atuação do professor como orientador desta atividade lúdica de forma que regras e condutas sejam seguidas, auxiliando no desenvolvimento do estudante de forma indireta com estratégias e situações (CHICON et al., 2022). A participação e intervenção do professor durante o ensino e aprendizagem do estudante exigem que ele organize um espaço e materiais para que os alunos possam criar e recriar brincadeiras, combinando movimentos aos objetos e interagindo com eles, além de seus colegas (CHICON et al., 2022).

O uso da musicoterapia também é um método de desenvolvimento neurológico da criança, de forma que ao ser exposta a elementos sonoros consegue expressar o que sente, considerando que a música é uma externalização de conteúdos internos, exigindo a expressão do indivíduo (SILVA et al., 2019).

Durante uma pesquisa realizada por Silva et al. (2023) em Maceió entre o período de 2020 a 2021 foi observado que ao longo do distanciamento social originado pela pandemia, os estudantes com TEA apresentaram um comportamento de irritabilidade e dificuldades na alimentação e concentração, dessa forma, a implementação de um teleatendimento, também conhecido como aulas virtuais, foram uma solução para esse comportamento.

Durante esse período, foram voltadas para a área da saúde física do estudante vídeo aulas por meio de plataformas online e aplicativos, como WhatsApp, Facebook e Zoom (SILVA et al., 2023). Atividades de ginástica e judô

foram propostas aos estudantes de forma que realizassem de uma a sete vezes durante a semana por 20 a 45 minutos (SILVA et al., 2023). Embora com dificuldades tanto do comportamento como a atenção dos alunos, foi possível observar um maior engajamento dos pais com seus filhos e a implementação de uma rotina física estimulada pelos próprios professores e estudantes, evitando que a saúde física dessas crianças fosse prejudicada (SILVA et al., 2023).

O objetivo da inclusão na escola é que haja a igualdade de direito e de acesso dentro das dependências escolares (ARANTES et al., 2020). Dessa forma, é importante que tenha um preparo da estrutura física e da equipe profissional para que possa ser possível a inclusão do aluno (ARANTES et al., 2020). No trabalho, os professores têm como responsabilidade identificar e relatar as dificuldades e necessidades vivenciadas pela criança de forma que um diagnóstico precoce também possa ser feito logo no início (ARANTES et al., 2020).

Ao receber um diagnóstico tanto a família, como a escola e a sociedade possuem como missão entender as necessidades da criança e adaptar de forma pedagógica e social a autonomia e desenvolvimento da criança (ARANTES et al., 2020). Entende-se que para que haja uma inclusão, é necessário que tenha a participação do professor, da gestão escolar e do governo, visto que condições como uma infraestrutura adequada, cursos de formação continuada, materiais específicos e acompanhamento profissional especializado são primordiais para a educação da criança com TEA (ARANTES et al., 2020).

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo elucidar por meio da literatura os benefícios da inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física durante sua formação escolar. O problema de pesquisa foi o que a literatura científica aborda sobre a inclusão de pessoas com TEA nas aulas de educação física?

Assim, os resultados encontrados indicam que há uma despreparação de profissionais que saibam realizar a inclusão de alunos com TEA nas aulas do ensino regular, junto a uma falta de estrutura adaptada a esses estudantes. Sendo amparados por lei, esta classe de estudantes merecem o direito de participar de aulas e que elas sejam adaptadas ao aluno. As atividades flexíveis encontradas hodiernamente para a adaptação desse ensino variam desde o incentivo ao exercício físico de forma diversificada até a realização de atividades lúdicas e musicoterapia. A participação da família, escola e governo é essencial no processo de inclusão e integração a sociedade da criança com Transtorno do Espectro Autista.

Diante desses resultados, conclui-se que a personalização de ensino para a inclusão de pessoas com TEA durante a formação escolar ainda é um obstáculo para algumas instituições e profissionais, entretanto, muitos estudos demonstram superar esses desafios do cotidiano usando métodos criativos e personalizados a criança com deficiência ou transtorno para que possa ser incluso nas aulas do ensino regular, em especial de educação física.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Márcio Carlini et al. Transtorno do espectro do autismo na educação física escolar: uma revisão de literatura. **Revista Científica Intellectus**, v. 61, 2020.

BETTIO, Tainá de; GIACOMAZZO, Graziela Fátima. A tecnologia assistiva e a aprendizagem dos alunos com transtorno do espectro autista: análise das pesquisas. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 4, n. 1, p. 260-280, 2020.

CHICON, José Francisco et al. A brincadeira de faz de conta com crianças autistas. **Movimento**, v. 24, p. 581-592, 2022.

CORRÊA, Vanessa P. et al. Impacto do exercício físico no transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 28, n. 2, 2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2019.

FONTES, Victor Augusto Meneghini et al. Coordenação motora de crianças com transtorno do espectro autista: efeitos de um programa de jiu-jitsu. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 29, n. 1, 2021.

GAROZZI, Gabriel Vighini et al. Educação física escolar e inclusão: o que dizem os estudos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 29, n. 3, 2021.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim; BORGES, Adriana Araújo Pereira; PETTEN, Adriana M. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: Da Educação Básica ao Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

JUNIOR, Francisco Paiva. Quantos autistas há no Brasil. **Revista Autismo. São Paulo, ano V**, n. 4, p. 20-23, 2019.

OLIVEIRA, Thaianie; WANICK, Vanissa. Desdobrando o conceito de engajamento: revisão bibliográfica sobre seus aspectos comportamentais, emocionais e cognitivos. **Lumina**, v. 12, n. 2, p. 150-171, 2018.

PARGAS, Cássio; MORAIS, Pauliane; LEÃO, Karina. O atendimento educacional especializado para a inclusão do aluno com deficiência: revisão bibliográfica. **Caderno de Diálogos**, v. 1, n. 1, 2022.

SILVA, Angélica Glória Mendonça da; MONTEIRO, Ana Claudia Lima. Psicologia e Deficiência-Afinando os Sentidos para Encontros com Autismos. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2020.

SILVA, José Valdo Tenório da et al. Teleatendimento em exercício físico para população com transtorno do espectro autista: desafios e

possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, p. e0151, 2023.

SILVA, Maria Daiane da et al. O lúdico dos jogos e das brincadeiras no ensino inclusivo de crianças com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, p. e1084943, 2019.

SOUZA, Janayna. Alfabetização científica do estudante autista: desafios e possibilidades/Autistic student scientific literacy: challenges and possibilities. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, p. 29513-29523, 2019.

SPINAZOLA, Cariza de Cássia et al. Crianças com deficiência física, Síndrome de Down e Autismo: comparação de características familiares na perspectiva materna na realidade brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 199-216, 2018.